

“Os desafios da advocacia são constantes e permeiam questões que abrangem toda a sociedade”

Giovani Lima, advogado candidato ao Quinto Constitucional

Candidato à vaga de desembargador pelo 5º Constitucional, Giovani de Lima, busca ser o primeiro nome do Norte do Estado a trabalhar na função. Formado pela UFSC, ele foi professor universitário em Joinville e São Bento do Sul durante 22 anos e atua em um escritório tradicional de Joinville por mais de 26 anos, atendendo também casos de outros municípios da região. Em 2021, foi homologado pela Comissão Eleitoral da Seccional Santa Catarina da OAB, o que lhe deu direito de passar pela sabatina do Tribunal de Justiça de Santa Catarina após esta etapa, teve seu nome incluído na lista tríplice que foi enviada para a escolha do governador do Estado. No ano seguinte, voltou a ganhar destaque por ter sido o único advogado do Norte do Estado e do Planalto Norte a estar entre os candidatos à vaga. Giovani foi assessor jurídico e chefe de gabinete da vice-governadora Marilisa Boehm.

Hoje, ele está entre os seis candidatos que compõem a Lista Sextupla para o cargo de desembargador.

Pelo Estado: Esta eleição foi chamada de “Super Quinto”. Qual o senhor considera que seria o diferencial deste ano?

Giovani Lima: O diferencial deste “Super Quinto” foi a expressiva e inédita participação da advocacia. Eu acredito que este resultado venha do alcance e da visibilidade das redes sociais, que permitem conhecer mais sobre os candidatos e sobre todo o processo, que conta com várias etapas. Este ano, o quinto tem candidatos que possuem atuação institucional e política consolidada, o que contribui para a visibilidade do pleito, a importância da representatividade da classe, o diálogo, e consequentemente o aumento da participação direta dos advogados e advogadas.

Pelo Estado: O que levou o senhor a se candidatar?

Giovani Lima: Minha trajetória profissional conta com 27 anos de advocacia, atividade acadêmica em mais de 22 anos de sala de aula, participação institucional em projetos e comissões da Ordem dos Advogados de Santa Catarina e recentemente à frente da chefia do gabinete da Vice-Governadora do estado. Ao longo de quase três décadas de atuação ininterrupta da advocacia, vivenciei os desafios da classe, sendo advogado privado, participando da advocacia dativa e sendo professor em diversos cursos de Direito. Acompanhei mudanças legislativas, processuais, alterações de regras, de sistemas, de entendimentos, sempre com técnica, compromisso e ética. Minha candidatura é a oportunidade de levar essa experiência para o Tribunal de Justiça do nosso estado e, com diálogo construtivo, somar em decisões que refletem os direitos e os deveres de toda sociedade.

Pelo Estado: Em um ano de votação recorde, o senhor é um dos nomes da lista sextupla. Já é possível considerar esta uma primeira vitória?

Giovani Lima: Com certeza, estar entre os seis advogados mais votados pela advocacia em um quinto com participação recorde é um reconhecimento. Não apenas do meu trabalho, mas da vontade que os advogados e advogadas de Santa Catarina têm em mim, para bem representá-lo.

no Tribunal. O quinto constitucional é um pleito de várias etapas e, mais que uma vitória, estar na lista sextupla é uma responsabilidade, pois é preciso honrar a confiança de toda classe.

Pelo Estado: O quanto da sua atuação na OAB/SC te agrupa para disputar essa posição de desembargador?

Giovani Lima: A OAB é a instituição que representa os advogados. Além de garantir condições dignas para o exercício da nossa profissão, atua como agente fiscalizador das leis e na promoção do acesso à justiça, como é o

caso da defensoria dativa, que trabalha também com a sociedade, a exemplo do projeto OAB por elas.

Demandas vindas da advocacia ou do corpo social refletem diferentes realidades e devem ser levadas ao Tribunal, para que juntos possam estudar, discutir e construir uma efetiva solução. O trabalho institucional na OAB me permitiu desenvolver a capacidade de articulação, que agregada à escuta, ao conhecimento técnico e ao diálogo são essenciais para uma atuação mais justa e equilibrada.

Pelo Estado: O senhor poderia nos contar um pouco sobre suas experiências na vida pública e privada e

com elas te colocam em uma posição diferencial para ocupar o cargo pleiteado?

Giovani Lima: Em minha atuação privada advoguei em causas predominantemente cíveis, área em que me especializei e que dedico meus estudos acadêmicos. Também ministrei aulas para cursos de Direito, oportunidade em que pude coordenar núcleos de prática jurídica. Na vida institucional, atuei em projetos, como OAB por Elas, e na comissão de combate à violência doméstica e de apoio às vítimas de violência. Após anos no exercício da advocacia e na formação de novos advogados, fui convidado para compor o gabinete da atual Vice-Governadora do estado. No gabinete, inicialmente integrei a assessoria jurídica, logo após, assumi a chefia de gabinete. Essa vivência direta com o setor público me permitiu conhecer a realidade de cada região do estado, inclusive da advocacia pública, conviver e conversar com colegas, órgãos, conselhos e instituições, essa experiência foi agregadora, uma vez que as atividades públicas e privadas podem e devem se somar, construindo pontes e gerando soluções.

Pelo Estado: Quais os senhor considera que serão os grandes desafios da advocacia catarinense atualmente?

Giovani Lima: Os desafios da advocacia são constantes e permeiam questões que abrangem toda a sociedade, acredito que a mais atual seja a atualização tecnológica. É preciso acompanhar a transformação digital que estamos passando, o avanço da inteligência artificial é uma realidade e o uso dela precisa ser técnico, consciente e seguro. Mecanismos digitais como a inteligência artificial são ferramentas de inclusão e não de substituição ou exclusão, devem contribuir para a gestão processual. É preciso estudar, conhecer, aprimorar e treinar os advogados e todo o Poder Judiciário, e claro, junto a essa conscientização é necessário trabalhar a segurança de dados para evitar golpes e desinformação. Essa atualização é uma das formas de valorizar a advocacia, pois garante o exercício pleno da atividade, fortalecendo toda a classe e consequente o arbitramento de honorários dignos.

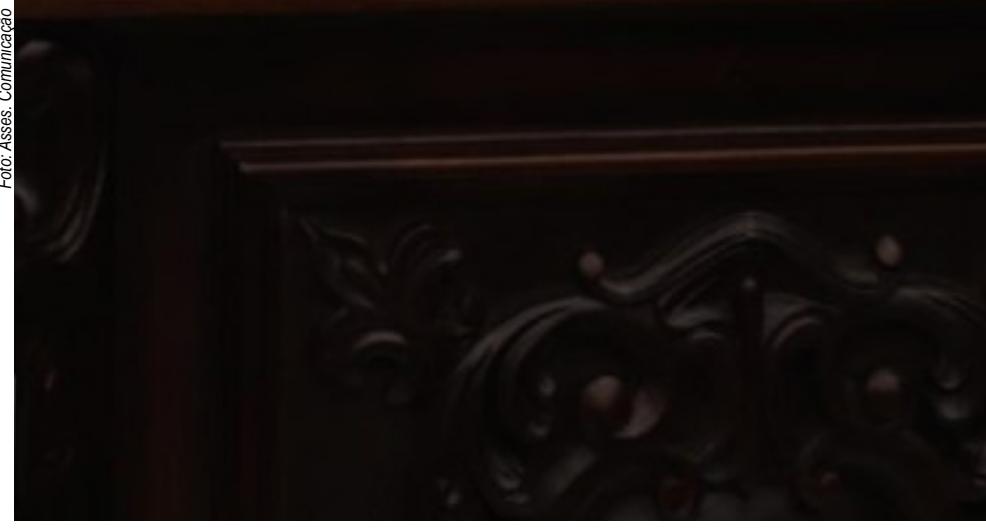


Foto: Asses. Comunicação